



JUNTOS CONSTRUÍMOS O FUTURO

Projeto Educativo do Agrupamento de
Escolas de Álvaro Velho – 2019/2022

Índice

Declaração de intenções.....	3
Nota Prévia.....	4
Enquadramento legal	5
Metodologia.....	6
Missão, Visão e Valores.....	9
Missão	9
Visão.....	9
Valores.....	9
Princípios e Orientações das Políticas e Práticas Educativas.....	10
Diagnóstico Estratégico.....	11
Eixos Estratégicos	12
Objetivos Operacionais.....	14
Monitorização, avaliação e revisão	18
Reflexão final	19
Bibliografia.....	20
Termos e abreviaturas	21

A natureza humana é una e todo o ser humano é, por consequência, portador dos mesmos direitos; a todos deve portanto, ser proporcionada a completa aquisição dos conhecimentos que lhe permitam viver dignamente a vida, conforme as suas capacidades – uma só condição, uma só dignidade, uma só escola.¹

Bento de Jesus Caraça (1935)

Declaração de intenções

Qualquer instituição tem de cumprir a sua missão de acordo com a sua visão, orientada por um conjunto de valores.

A escola, pela natureza da sua existência (Missão) tem a obrigação de orientar a sua ação em função dos melhores interesses dos seus alunos. É a definição desses melhores interesses o cerne do Projeto Educativo. Decorrente do diagnóstico, análise e reflexão sobre a realidade presente, desenha-se o caminho em direção ao sonho partilhado (Visão) por cada um dos intervenientes do processo educativo e alicerçado nos ideais (Valores) que legitimarão as nossas escolhas. E essas escolhas serão o nosso sonho, esse será o nosso Projeto Educativo. A sua concretização será o futuro dos nossos alunos, o nosso legado para um futuro melhor. Um(a) aluno(a), uma turma, uma escola... uma Comunidade no final. Todos por uma causa comum: Juntos construímos o futuro!

¹ Conferência realizada na Sociedade de Estudos Pedagógicos, sob o título – “Escola Única”, em 10 de Abril de 1935.

Nota Prévia

Os Projetos Educativos são, na sua génese e propósito, documentos estratégicos que gizam o futuro das organizações escolares, moldando, a longo prazo, aquilo em que se pretendem transformar. O primeiro Projeto Educativo, que vigorou entre o ano letivo 2015/2016 e 2018/2019, primeiro documento estruturado, debatido e partilhado no seio da comunidade educativa, que corporizou um verdadeiro plano de futuro para o Agrupamento de Escolas de Álvaro Velho. Este projeto, pela sua abrangência e ambição dificilmente seria concretizável no seu horizonte legal (3 anos). Um claro sinal dessa realidade foi o facto de em reunião de Conselho Pedagógico, de 14 de novembro de 2018, ter sido deliberado que, em virtude da manutenção dos pressupostos sobre os quais foi construído o projeto, se deveria estender a sua implementação. Ficou também desde logo claro que as alterações legislativas introduzidas nesse ano letivo [2018/2019] e consequentes mudanças de política educativa e da organização das Escolas, aconselhariam uma adequação do Projeto Educativo vigente sem, contudo, desvirtuar a sua matriz.

Acima de todos os outros articulados legais entretanto publicados, os Decretos-lei n.º54 e n.º55, de 6 de julho de 2018, foram aqueles que mais profundamente alteraram as dinâmicas e funcionamento da Escola. Como tal, com esta revisão do Projeto Educativo, pretende-se aperfeiçoá-lo, torná-lo mais atual e ainda mais capaz de responder aos atuais desafios do Agrupamento de Escolas de Álvaro Velho.

Enquadramento legal

De acordo com o Decreto-lei 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e, posteriormente, pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, o PE constitui-se como um dos “instrumentos do exercício da autonomia” dos agrupamentos de escola, “o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas (...) elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa”.

O PE deve corporizar-se como “um documento objetivo, conciso e rigoroso, tendo em vista a clarificação e comunicação da missão e das metas da escola no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial, assim como a sua apropriação individual e coletiva”.

Determina ainda a mesma legislação que os “Planos anual e plurianual de atividades (...) definem, em função do projeto educativo, os objetivos, as formas de organização e de programação das atividades e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução. Por sua vez, o relatório de autoavaliação é “o documento que procede à identificação do grau de concretização dos objetivos fixados no projeto educativo”.

O PE é elaborado pelo conselho pedagógico e apresentado pelo diretor(a) ao Conselho Geral, órgão competente para proceder à aprovação do mesmo.

O PE relaciona-se ainda com o contrato de autonomia, “através do qual se definem objetivos e se fixam as condições que viabilizam o desenvolvimento do projeto educativo”. A qualidade deste, no que à sua contextualização, consistência e fundamentação diz respeito, é determinante para a celebração do contrato de autonomia. O grau de concretização do PE é igualmente importante para a renovação dos contratos de autonomia.

Metodologia

Com o intuito de proceder à revisão do PE, foi criada uma equipa de docentes, provenientes dos diferentes departamentos do agrupamento. Este grupo de docentes foi chamado a reunir no dia 26 de novembro de 2014 pelo diretor do agrupamento de escolas, momento no qual foram deliberadas, desde logo as premissas fundamentais para a realização desta tarefa, a saber:

- a necessidade de realizar um diagnóstico estratégico do agrupamento de escolas, visando compreender o ponto de partida para a revisão do PE;
- o PE deveria ser um documento participado, devendo os membros da comunidade educativa ser auscultados e as suas conceções, visão do agrupamento e do processo educativo respeitadas na construção do documento;
- seria definido um cronograma das etapas do PE, da qual deveriam constar momentos de contacto com o diretor, visando o acompanhamento dos trabalhos e monitorização dos resultados alcançados;
- seriam criados momentos de participação da comunidade, visando a validação das conclusões chegadas e das opções tomadas;
- seria realizado um relatório final da atividade do grupo de trabalho visando servir para memória futura e de suporte à atividade da próxima equipa que viesse a reformular o PE.
- Foi ainda atribuída a coordenação da equipa de trabalho.

O diagnóstico estratégico foi realizado com recurso à análise documental e através do inquérito por questionários.

A análise documental processou-se através da consulta de:

- Anterior PE;
- Contrato de autonomia em vigor;
- Relatório de avaliação externa;
- Plano de melhorias do agrupamento;
- Dados estatísticos e relatórios disponibilizados pela autoavaliação;
- Legislação de referência.

Os inquéritos por questionário foram aplicados a alunos, encarregados de educação, pessoal não docente e pessoal docente. Não foi possível inquirir as parcerias do

agrupamento², nomeadamente as autarquias e empresas locais. A resposta aos questionários foi anónima, sendo solicitados apenas alguns dados genéricos para permitir a categorização dos respondentes.

Foram elaborados os seguintes questionários:

- Alunos:
- Educação Pré-escolar;
- 1º CEB;
- 2º e 3º CEB.
- Encarregados de educação;
- Pessoal não docente;
- Pessoal docente.

Todos os questionários, à exceção dos dirigidos aos encarregados de educação e ao pessoal não docente, foram aplicados com recurso a uma plataforma informática acessível através do portal do agrupamento de escolas. Os restantes questionários foram aplicados em formato papel, visando evitar o não preenchimento devido a eventuais dificuldades com o manuseamento de meios informáticos ou até, no caso dos encarregados de educação, a dificuldades de acesso à Internet. No caso dos alunos da educação pré-escolar e do 1º CEB, foi requerida a colaboração dos(as) docentes titulares dos grupos/turma no preenchimento dos questionários devido à natural incapacidade/dificuldade no domínio dos processos de leitura e escrita. Foi ainda solicitado aos docentes dos 2º e 3º CEB que levassem os alunos às salas de informática e/ou à Biblioteca Escolar para que estes pudessem responder aos questionários.

Salienta-se que, em virtude de a equipa de autoavaliação ter realizado, durante o ano letivo, inquéritos aos mesmos grupos da comunidade em que algumas das questões versaram os mesmos temas, foi realizado um cruzamento dos resultados, possibilitando, desta forma, a validação dos resultados alcançados. Consideramos que a coerência dos resultados valida as conclusões que foram retiradas da análise efetuada.

Após a realização do diagnóstico estratégico, as conclusões chegadas e eixos de intervenção propostos foram discutidos e analisados com representantes da associação de

² Os motivos subjacentes a esta impossibilidade são explicitados no Relatório de Atividade da equipa de revisão do PE.

pais e encarregados de educação, e com grupos heterogéneos de dimensão variável de representantes do pessoal não docente, do pessoal docente e com o diretor e restante equipa da Direção. Estas sessões permitiram validar algumas das conclusões chegadas através das análises realizadas, bem como dos eixos de intervenção identificados. Serviram ainda para a identificação de outras fragilidades e áreas de intervenção decorrentes do conhecimento empírico do funcionamento do AE.

Os eixos de intervenção do PE encontram-se subdivididos em objetivos operacionais que, para além de corporizarem os respetivos eixos, definem o conjunto de indicadores e de metas a atingir no âmbito da concretização deste projeto.

No âmbito do processo de revisão do Projeto Educativo, foi realizado um trabalho de atualização dos objetivos, indicadores e metas, tendo por base os questionários aplicados à comunidade educativa, no âmbito do processo de autoavaliação do agrupamento no final do ano letivo 2018/2019.

Missão, Visão e Valores

Missão

Dando cumprimento ao preconizado na Lei de Bases do Sistema Educativo, a missão do AE tem como princípio primeiro a preparação de cidadãos dotados dos valores estruturantes da nossa sociedade e das necessárias competências para uma correta orientação escolar e vocacional para a continuidade de estudos.

Visão

Oferecer uma escola pública e serviços de qualidade, constituindo um agrupamento de escolas de referência e excelência, tecnologicamente avançado com o esforço e a participação de toda a comunidade educativa, a responsabilidade partilhada e a colaboração de parcerias locais institucionais e não institucionais.

Valores

Democracia, humanismo, solidariedade, tolerância, rigor e cidadania.

Princípios e Orientações das Políticas e Práticas Educativas

Os valores assumidos neste Projeto Educativo encontram-se estruturados e integrados em princípios orientadores das políticas e práticas educativas. Considerando a vivência numa sociedade democrática destacam-se os seguintes princípios:

- A valorização do sentido da responsabilidade pessoal e social;
- O desenvolvimento das competências do século XXI;
- A promoção da educação para a cidadania e para a aprendizagem/formação ao longo da vida.

A assunção destes princípios deve ser tida em conta na conceção da educação, traduzindo-se em opções de intervenção didática de forma a perspetivar as orientações da política e das práticas educativas para o projeto educativo do agrupamento de escolas, através das quais se cumprirá a função formativa, cultural e socializadora da Escola.

Assim o nosso ideal educativo pressupõe as seguintes orientações das políticas e práticas educativas:

- processo de ensino-aprendizagem centrado no aluno e respeitador dos diferentes ritmos de aprendizagem;
- proporcionar uma educação inclusiva que responda às potencialidades, expectativas e necessidades dos alunos;
- pedagogia diferenciada;
- metodologias e atividades adaptadas ao perfil e interesses dos alunos;
- aprendizagem socializadora, significativa e (inter)ativa;
- dinâmicas de grupo e trabalho colaborativo;
- atividades promotoras da criatividade, do pensamento crítico, da resolução de problemas e da tomada de decisões;
- estratégias e metodologias facilitadoras do saber aprender, desenvolvendo competências que lhes permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos;
- integração das tecnologias e da literacia digital no processo de ensino-aprendizagem;
- formas de avaliação diversificadas, com ênfase na avaliação formativa;
- progressiva materialização da gestão flexível das matrizes curriculares.

Diagnóstico Estratégico

Como referido anteriormente, o diagnóstico estratégico foi realizado com recurso à análise documental de documentação interna produzida e à aplicação de questionários aos seguintes grupos de interessados (stakeholders³) na atividade do agrupamento. Relativamente aos questionários aplicados, as taxas de resposta foram as seguintes⁴:

- Alunos – 75,364%:
 - Educação Pré-escolar – 83,333%;
 - 1º CEB – 54,276%;
 - 2º CEB – 80,425%.
 - 3º CEB – 92,566%
- Encarregados de educação – 11,299%;
 - EB1/JI n.º1 do Lavradio – 16,599%;
 - EB1/JI n.º2 do Lavradio – 14,667%
 - EB1/JI dos Fidalguinhos – 12,109%;
 - EB2,3 de Álvaro Velho – 8,999%
- Pessoal não docente – 81,395%;
- Pessoal docente – 57,664%;
- Educação Pré-escolar e 1º CEB – 45,098%;
- 2º e 3º CEB – 65,116%.

Salienta-se que foi de extraordinária importância para a elaboração deste diagnóstico os vários momentos de reunião alargada e *workshops* realizados com o pessoal docente, não docente e encarregados de educação. Estes momentos de reflexão e análise dos resultados e conclusões alcançadas, permitiu esclarecer dúvidas emergentes e, posteriormente, validar algumas das opções realizadas pela equipa, relativamente à definição dos eixos de intervenção e aos objetivos operacionais.

³ Stakeholder (em português, parte interessada ou interveniente). Termo usado em gestão de projetos.

⁴ Relativamente às taxas de resposta aos questionários aplicados no ano letivo 2018/2019, que serviram de base à atualização das metas dos objetivos operacionais, podem ser consultadas no relatório final produzido pelo grupo de trabalho do Observatório da Qualidade.

Foi construída uma matriz SWOT⁵ que visa ilustrar de forma simples e elucidativa as principais virtudes (pontos fortes) e fragilidades (pontos fracos) do Agrupamento de Escolas.

⁵ Acrónimo anglo-saxónico significando Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). Instrumento utilizado para realizar análises de cenário/ambiente, visando servir de base para a gestão e planeamento estratégico.

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO
<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da comunidade educativa pela visão e projeto pedagógico do Diretor • Reconhecimento da comunidade educativa pelo trabalho desenvolvido pelo Diretor, pelo Pessoal Docente e Não Docente • Imagem da escola junto da comunidade educativa • Satisfação em frequentar / trabalhar no AE • Estabilidade do Quadro Docente do Agrupamento • Melhoria contínua dos resultados escolares nos últimos anos letivos • Parcerias estabelecidas pelo agrupamento • Abertura do agrupamento à comunidade e à mudança • Dimensão solidária e inclusiva do agrupamento • Impacto da formação no seu desempenho profissional do pessoal docente e não docente • Existência de salas de metodologias de ensino estruturado no Agrupamento • Existência do Serviço de Psicologia e Orientação Escolar 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colaboração da comunidade educativa e das parcerias do tecido empresarial na melhoria dos espaços escolares • Existência de uma Associação de Pais e Encarregados de Educação participativa e interventiva • Criação de projetos de cariz nacional para a promoção do sucesso • Valorização social do estabelecimento estratégico de parcerias
<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consecução parcial de metas relativamente aos resultados escolares • Supervisão Pedagógica em contexto de sala de aula na ótica de desenvolvimento profissional e organizacional • Tutorias pedagógicas e comportamentais em número insuficiente • Impacto do Gabinete de Intervenção Disciplinar como promotor da reflexão e mudança de comportamento • Número de turmas referenciadas como tendo um comportamento global pouco ou não satisfatório • As condições físicas da escola/agrupamento 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferta de formação profissional insuficiente / desadequada às necessidades/interesses do pessoal docente e não docente • Não intervenção das tutelas competentes na conservação/ requalificação das condições físicas das escolas do AEA • Elevado número de alunos por turma • Mudanças consecutivas na legislação que afetam os currículos e a organização escolar • Competitividade na oferta educativa das escolas de 2.º e 3.º CEB próximas do AEA • Dificuldades socioeconómicas das famílias

Eixos Estratégicos

Decorrente do diagnóstico estratégico realizado, no âmbito da intervenção pretendida, foram definidos quatro eixos de intervenção. A partir destes quatro pilares estruturantes do PE será definido o conjunto de objetivos com os respetivos indicadores e metas.

Eixos Estratégicos	
I	Resultados Escolares
II	O Agrupamento de Escolas e o mundo
III	Comunicação e Processos Internos
IV	Responsabilidade Social

Esclarece-se que no Eixo I – Resultados Escolares, os indicadores e metas definidas visam, por um lado, respeitar o estipulado no Contrato de Autonomia e por outro lado traçar os objetivos posteriores a esse ano letivo.

O Eixo II – O Agrupamento de Escolas e o mundo, visa dinamizar as relações do AE com a comunidade, numa perspetiva de aproximação às dimensões local, (trans)nacional e europeia. Por um lado, desenvolver a dinâmica com os pais, através da APEE, transformando-os num parceiro efetivo, apoiando-nos mutuamente na tarefa cada vez mais complexa de formar e educar os jovens que frequentam o AE. O mesmo princípio se coloca para os restantes parceiros da comunidade, é necessário reforçar os laços de colaboração com as autarquias e instituições, compreendendo de que forma se poderão criar/reforçar sinergias que, aproveitando a ambos, em última análise, beneficiem o AE e os seus alunos.

Ainda integrado neste eixo, pretende proporcionar-se aos alunos e docentes a oportunidade de contactar com realidades distintas do meio envolvente do AE, enriquecendo-lhes as experiências, alargando-lhes a visão da sociedade contemporânea em constante mutação.

O Eixo III – Comunicação e Processos Internos, visa por um lado, agilizar a transmissão/ divulgação de informação produzida no AE, tornando-a acessível interna e externamente. É fundamental que, para além daqueles que trabalham no AE, também a restante comunidade tenha acesso à informação, dando a conhecer o

muito e bom trabalho realizado na Escola.

Por outro lado, é necessário medir o grau de satisfação dos serviços prestados no AE, dado que só assim será possível introduzir aperfeiçoamentos nos serviços que melhor sirvam os interesses e necessidades de todos.

É necessário ainda reforçar o trabalho já existente de sistematização de práticas administrativas e de regulamentação interna, visando a normalização de processos e, em última análise, implementar processos de desenvolvimento contínuo.

O Eixo IV – Responsabilidade Social, visa, acima de tudo, estruturar e reforçar as dinâmicas solidárias existentes, desenvolvendo a articulação com as instituições locais de intervenção social, garantindo um maior alcance e assertividade das intervenções.

Obedece ainda a princípios estruturantes da vida social dos indivíduos, visando o desenvolvimento da consciência de si e da relação com os outros, de vida saudável e harmoniosa e de desenvolvimento sustentável da sociedade.

Como é natural, e até desejável, existe uma interdependência entre os quatro eixos, que se ilustra abaixo.

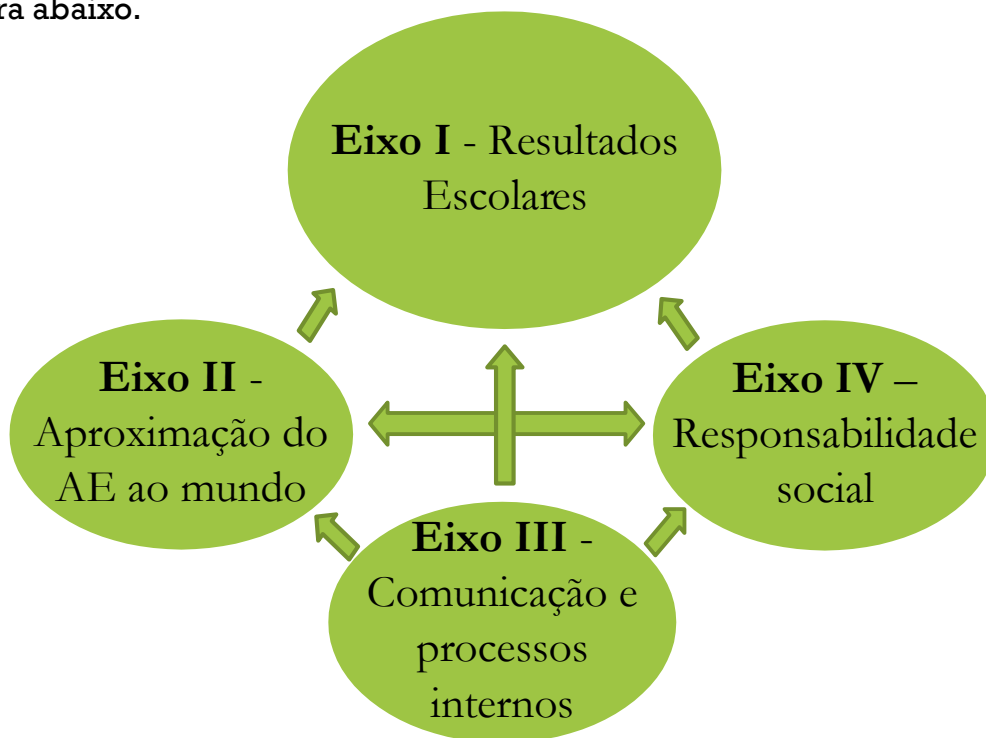


Figura 1 - Diagrama de relações dos Eixos de Intervenção

Objetivos Operacionais⁶

	Objetivos	Indicadores	Metas
Eixo 1 – Resultados	E1.1 – Manter o abandono escolar a um nível residual.	I1 – Taxa de abandono escolar.	M1 – <0,25%
	E1.2 – Reduzir o número de retenções / não aprovações.	I2 – Taxa de transição / aprovação anual no 1º CEB;	M2 – Manter ≥ 90%
		I3 – Taxa de transição / aprovação anual no 2º CEB;	M3 – Manter ≥ 90%
		I4 – Taxa de transição / aprovação anual no 3º CEB;	M4 – Melhorar ≥ 1%
	E1.3 – Aumentar a taxa de sucesso pleno.	I5 – Taxa anual de sucesso pleno no 1º CEB;	M5 – Manter ≥ 90%
		I6 – Taxa anual de sucesso pleno no 2º CEB;	M6 – Melhorar ≥ 1%
		I7 – Taxa anual de sucesso pleno no 3º CEB.	M7 – Melhorar ≥ 1%
	E1.4 – Aumentar a qualidade do sucesso	I8 – Taxa de alunos que transitam com classificações iguais ou superiores a Satisfaz Bastante ou nível 4 no 1º CEB;	M8 – Melhorar ≥ 1%
		I9 – Taxa de alunos que transitam com classificações iguais ou superiores ao nível 4 no 2º CEB;	M9 – Melhorar ≥ 1%
		I10 – Taxa de alunos que transitam com classificações iguais ou superiores ao nível 4 no 3º CEB.	M10 – Melhorar ≥ 1%
	E1.5 – Aumentar o sucesso nas disciplinas de Português, Matemática, Inglês e Físico-Química.	I11 – Taxa de sucesso na disciplina de Português;	M11 – Melhorar ≥ 1%
		I12 – Taxa de sucesso na disciplina de Matemática;	M12 – Melhorar ≥ 1%
		I13 – Taxa de sucesso na disciplina de Inglês;	M13 – Melhorar ≥ 1%
		I14 – Taxa de sucesso na disciplina de Físico-Química.	M14 – Melhorar ≥ 1%

⁶ A enumeração dos objetivos é realizada a negrito com a identificação do eixo a que pertencem e o número do objetivo. A separação da identificação do eixo e do número do objetivo é feita com um ponto (exemplo **E1.1** – Eixo I, objetivo número um).

A enumeração dos indicadores é realizada a negrito com a identificação do número do indicador, em numeração contínua e não repetida (exemplo **I1** – indicador número um).

A enumeração das metas é realizada a negrito com a identificação do número da meta, idêntica à numeração do indicador a que é relativo (exemplo **M1** – meta número um, relativa ao indicador número um).

Objetivos		Indicadores	Metas
Eixo 1 – Resultados	E1.6 – Melhorar as taxas de sucesso na Avaliação Externa dos alunos.	I15 – Taxa de sucesso da AvE na disciplina de Português no 9º ano;	M15 – Não ultrapassar desvio de -5% relativamente à Taxa de Sucesso Nacional
		I16 – Taxa de sucesso da AvE na disciplina de Matemática no 9º ano;	M16 – Não ultrapassar desvio de -5% relativamente à Taxa de Sucesso Nacional
	E1.7 – Aumentar o número de leitores e as competências em literacias.	I17 – Número de utilizações dos meios audiovisuais / TIC para realização de pesquisas / trabalhos disciplinares;	M17 – Aumentar $\geq 5\%$
	E1.8 – Promover formação interna entre pares, visando disseminar conhecimento e competências profissionais (pessoal docente e não docente).	I18 – Número de formações internas promovidas (Pessoal docente);	M18 – ≥ 5 por ano
	E1.9 – Promover a reflexão sobre as práticas letivas em contexto de sala de aula, através da observação direta entre pares, enquanto estratégia formativa para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.	I19 – Número de sessões de observação / reflexão da prática letiva por docente.	M19 – ≥ 1 sessão anual por docente

Eixo 2 – Aproximação do AE ao	Objetivos	Indicadores	Metas
	E2.1 – Aumentar o envolvimento dos EE na vida escolar dos alunos.	I20 – Taxa de presença nas reuniões com os DT/TT.	M20 – Taxa de presenças $\geq 80\%$ de EE.
	E2.2 – Aumentar o envolvimento dos EE na vida do AE.	I21 – Número de atividades curriculares e não curriculares de abertura à Comunidade e dirigidas aos Pais e EE.	M21 – ≥ 3 atividades anuais por estabelecimento.
	E2.3 – Reforçar a articulação e colaboração entre o AE e a APEE.	I23 – Número de reuniões realizadas.	M22 – ≥ 3 reuniões anuais.
		I24 – Número de atividades/projetos partilhados entre AE e APEE.	M23 – ≥ 3 atividades/projetos anuais
	E2.4 – Proporcionar aos alunos situações de contacto profissional, em contexto real, com empresas locais/regionais.	I25 – Número de visitas por turma com curso de prosseguimento de estudos.	M24 – ≥ 1 visita por turma.
	E2.5 – Promover a partilha de experiências académicas, sociais e culturais com estudantes /docentes/outras escolas de países da União Europeia.	I26 – Número de intercâmbios / partilha de experiências.	M25 – ≥ 2 intercâmbios/ partilha de experiências por ano letivo.
I27 – Taxa de satisfação dos participantes com a organização interna dos intercâmbios.		M26 – $\geq 70\%$.	

	Objetivos	Indicadores	Metas
Eixo 3 – Comunicação e Processos Internos	E3.1 – Divulgar junto da comunidade educativa os indicadores chave do AE.	I28 – Número de divulgações / atualizações dos indicadores chave do AE.	M27 – 3 atualizações por ano letivo (final de cada período letivo).
	E3.2 – Divulgar as deliberações dos órgãos de administração e gestão escolar.	I29 – Taxa de sínteses das deliberações dos órgãos de administração e gestão escolar.	M28 – Divulgadas em 100%
	E3.3 – Divulgar as atividades internas do Agrupamento de Escolas junto da comunidade.	I30 – Número de <i>comunicações</i> publicadas e divulgadas.	M29 – ≥3 por ano
		I31 – Publicação do PAA.	M30 – 1 por ano
	E3.4 – Medir o grau de satisfação dos serviços prestados no AE (receção, secretaria, refeitório, bar, papelaria / reprografia, SASE) ⁷ .	I32 – Número de questionários de satisfação preenchidos.	M31 – ≥ 20 questionários de satisfação no final de cada ciclo de autoavaliação.
		I33 – Taxa de satisfação global com o serviço prestado.	M32 – Taxa de satisfação ≥ 70%, por serviço.
	E3.5 – Melhorar a supervisão das Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º CEB e AAAP no Pré-Escolar	I34 – Número de reuniões de monitorização das AEC / AAAP por estabelecimento.	M33 – ≥ 3 reuniões anuais.
		I35 – Número de reuniões de articulação entre Pré-escolar e 1.º CEB.	M34 – 1 reunião do Pré-Escolar com o 1.º CEB
E3.6 – Reforçar a articulação curricular e a coordenação pedagógica entre ciclos de ensino.	I36 – Número de reuniões interdisciplinares entre os 1.º e 2.º CEB, em cada ano letivo.	M35 – ≥ 1 reunião entre docentes do 4.º ano de escolaridade e docentes do 5.º ano	
	I37 – Número de reuniões intradisciplinares entre os 2.º e 3.º CEB, em cada ano letivo.	M36 – ≥ 1 reunião entre os docentes do 6.º e 7.º anos de escolaridade de todas as áreas disciplinares.	

⁷ As metas definidas poderão não ser atingidas em meses de interrupção letiva em que a afluência dos serviços seja reduzida.

		Objetivos	Indicadores	Metas
Eixo 4 – Responsabilidade Social	E4.1 – Promover atividades visando a promoção da saúde e bem-estar da comunidade escolar.	I38 – Taxa de cumprimento das atividades previstas pela Coordenação Concelhia para a Educação para a Saúde.	M37 – $\geq 80\%$	
		I39 – Taxa de satisfação com as atividades realizadas PES.	M38 – $\geq 70\%$	
	E4.2 – Promover a atividade desportiva no AE.	I40 – Número de participantes nas modalidades de Desporto Escolar e atividades internas.	M39 – aumentar em 5% o n.º de participantes.	
	E4.3 – Intervir junto da comunidade, em situações de fragilidade social, de preferência em articulação com a rede social concelhia.	I41 – Número de intervenções solidárias.	M40 – ≥ 3	
	E4.4 – Melhorar as condições físicas dos estabelecimentos de educação / ensino.	I42 – Número de atividades realizadas, envolvendo a comunidade educativa, visando melhorar as condições físicas dos estabelecimentos.	M41 – ≥ 1 atividade anual por estabelecimento	
	E4.5 – Intervir do ponto de vista ambiental na comunidade visando a sustentabilidade dos ecossistemas.	I43 – Número de projetos locais / regionais / (trans)nacionais de índole ambiental;	M42 – ≥ 2 / ano	
		I44 – Número de alterações de práticas / intervenções práticas resultantes dos projetos.	M43 – ≥ 1 /ano	
	E4.6 – Reduzir as incidências das ocorrências de carácter disciplinar no AE.	I45 – Número de participações disciplinares registadas;	M44 – Redução anual de 10%.	
		I46 – Gravidade das ocorrências/reincidências disciplinares registadas.	M45 – Redução anual nas ocorrências graves / muito graves de 10%	
	E4.8 – Promover a orientação vocacional e / ou percurso escolar com vista à definição de opções.	I48 – Número de ações / contatos estabelecidos anualmente com vista à divulgação de oferta educativa dirigidas aos alunos em final de ciclo de estudos.	M46 – ≥ 4 ações/ contatos por ano.	
E4.9 – Promover a reintegração socio – educativa dos alunos referenciados.	I49 – Número de ações promovidas no âmbito do SPO.	M47 – 3 ações /ano.		

Monitorização, avaliação e revisão

A monitorização do PE deverá realizar-se anualmente, visando o acompanhamento dos níveis de execução dos objetivos. Esta monitorização deverá ser realizada pela equipa de autoavaliação. A avaliação do PE deverá ser realizada tendo em conta os critérios de Relevância, Eficácia, Impacto e Eficiência. O critério de relevância permite avaliar a adequação dos objetivos traçados na mitigação/resolução dos problemas identificados. O critério de Eficácia permite medir o grau de concretização dos objetivos definidos. O critério de Impacto permite compreender a dimensão das alterações provocadas decorrentes da implementação do PE. Finalmente, o critério de Eficiência permitirá relacionar os recursos implicados no PE com os resultados alcançados.

Reflexão final

“Álvaro Velho” e o seu ambiente já se tornaram imagem de marca e parte intrínseca da cultura escolar. Uma sã convivência entre aqueles que diariamente frequentam os seus corredores, salas... Naturalmente há limitações visíveis. As fragilidades das condições físicas são por demais evidentes e criam, inevitavelmente, constrangimentos aos propósitos da Escola. No entanto, sinal inequívoco da entrega de todos a esta missão, não é em torno dessa infeliz particularidade que gravita o principal foco do que há a melhorar na Escola, do caminho que é necessário percorrer. A Escola é muito mais que as paredes que lhe dão existência física. A Escola é todo o universo de relações e de práticas, é toda a construção da humanidade e de saberes que permitirão (re)pensar, (re)construir, (re)vitalizar o nosso futuro.

Ora se a nossa é uma Escola com imagem de marca, o que se espera do seu Projeto Educativo? O que se pretenderá desta construção coletiva?

Antes de mais a ação coletiva, a ação concertada de todos os intervenientes da comunidade educativa, uma vez que de acordo com a sabedoria popular “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. É em torno desta visão que a nossa “aldeia”, cada vez mais vasta e global, terá de se unir para construir uma Escola ainda melhor.

Uma das maiores virtudes deste projeto é ter contado com a participação/ contributo da comunidade para a sua construção. Este documento explicita, com todas as insuficiências que possa conter, os anseios e expetativas desta “aldeia”.

Este projeto não encerra um ciclo, antes inicia um novo. Um ciclo de melhoria inclusivamente do que de melhor a Escola já conseguiu alcançar. Este ciclo deve trazer, repetidas e entusiásticas vezes, a discussão à Escola, a discussão da nossa Escola. Discutamos as práticas, os erros e a forma como os vamos ultrapassar. Aprendamos uns com os outros a sermos melhores, a tornarmos melhor a Escola.

Bibliografia

- AZEVEDO, Rui [et. al.] - **Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação: guia de apoio**. 1ª ed. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P., 93 p. ISBN 978-972-8743-72-7
- BARREIRO - Câmara Municipal, Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda., **Carta Educativa do Concelho do Barreiro**, 2008, Barreiro.
- CABRAL, Ruben – **O projeto educativo: Uma visão desenvolvimentista**. In **Novo Voo de Ícaro**. Lisboa: Escola Superior de Educação, 1999, p. 105 – 130. ISBN 978-972-8061-38-8
- ESTRELA, Albano – **Teoria e Prática de Observação de Classes: Uma Estratégia para a Formação de Professores**. 4ª ed. Porto: Porto Editora, 479 p. ISBN 972-0-34043-6
- GRADE, Luís Santos - **A Centralidade do Projeto Educativo na Administração Escolar**. 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2008. 207 p. ISBN 978-972-772-776-6
- LEI n° 46/1986. D.R. I Série. 237 (86-10-14) 3067-3098
- LEI n° 115/1997. D.R. I Série-A. 217 (97-09-19) 5081-5128
- LEI n° 49/2005. D.R. I Série-A. 166 (05-08-30) 5122-5138
- DECRETO-LEI n°75/2008. D.R. I Série. 79 (08-04-22) 2341-2356
- DECRETO-LEI N.°224/2009. D.R. I Série. 177 (11-09-09) 6236-6237
- DECRETO-LEI n°137/2012. D.R. I Série. 126 (12-07-02) 3340-3364
- DECRETO-LEI n.°54/2018. D.R. I Série. 129 (06-07-18) 2918-2928
- DECRETO-LEI n.°55/2018. D.R. I Série. 129 (06-07-18) 2928-2943

Termos e abreviaturas

AE – Agrupamento de Escolas

AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular

Am – Ameaça

APEE – Associação de Pais e Encarregados de Educação

AvE – Avaliação Externa

AvI – Avaliação Interna

BEs – Bibliotecas Escolares

CA – Contrato de Autonomia

CEB – Ciclo do Ensino Básico

DT – Diretor(es) de Turma

EA – Equipa de Autoavaliação

EB1 – Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância n.º 1 do Lavradio

EB2 – Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância n.º 2 do Lavradio

EB3 – Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância dos Fidalguinhos

EBAV – Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Álvaro Velho

EE – Encarregados de Educação

HGP – História e Geografia de Portugal

Op - Oportunidades

PAA – Plano Plurianual/Anual de Atividades

PCA – Plano Curricular de Agrupamento

PCT – Plano Curricular de Turma

PD – Pessoal Docente

PES – Projeto de Educação para a Saúde

PFo – Ponto(s) Forte(s)

PFr – Ponto(s) Fraco(s)

PID – Plano de Intervenção do Diretor

PND – Pessoal não docente

PTT – Plano de Trabalho de Turma

RA – Relatório de Autoavaliação

SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

TT – Professor(es)/Educador(es) Titular(es) de Turma